

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 16 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

ATIVO	31/12/2015		PASSIVO	31/12/2015	
	31/12/2016	(Reapresentado)		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	532.526	375.790	CIRCULANTE	185.456	123.301
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	8.635	10.161	DEPÓSITOS (NOTA 11)	93.804	65.093
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	298.415	181.143	Depósitos à Vista	88.713	60.168
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3	158	Depósitos Interfinanceiros	-	54
Depósitos no Banco Central	45	-	Depósitos a Prazo	5.091	4.871
Correspondentes no país	1	374	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	62.616	36.909
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	298.366	180.611	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	528
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	198.755	164.211	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	62.615	36.381
Operações de Crédito	218.122	182.961	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	693	600
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(19.367)	(18.750)	Recursos em Trânsito de Terceiros	693	600
OUTROS CRÉDITOS	22.084	17.734	OUTRAS OBRIGAÇÕES	28.343	20.699
Créditos por Avals e Fianças Honrados	11	35	Cobrança e Arrecadação de Tributos	60	54
Rendas a Receber	832	939	Sociais e Estatutárias	2.229	1.762
Diversos (NOTA 07)	21.618	17.071	Fiscais e Previdenciárias	1.128	696
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(377)	(311)	Diversas (NOTA 13)	24.926	18.187
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.637	2.541			
Outros Valores e Bens	4.862	2.721			
(Provisão para desvalorização)	(275)	(213)			
Despesas Antecipadas	50	33			
NÃO CIRCULANTE	100.009	83.977	NÃO CIRCULANTE	330.982	239.578
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	71.826	59.438	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	330.982	239.578
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	560	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	329.509	235.904
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	560	-	Depósitos a Prazo	329.509	235.904
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	71.265	59.372	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	1.473	3.674
Operações de Crédito	80.491	67.863	Repasse Interfinanceiros	1.473	3.674
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.226)	(8.491)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	1	66			
Diversos	1	66			
PERMANENTE	28.183	24.539	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	116.097	96.888
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.026	12.026	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	71.700	59.896
Outros Investimentos	12.026	12.026	De Domiciliados no País	103.543	84.511
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	12.882	9.854	(Capital a Realizar)	(31.843)	(24.615)
Imóveis de Uso	770	731	RESERVAS DE SOBRAS	41.594	33.602
Outras Imobilizações de Uso	18.103	13.598	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.803	3.390
(Depreciação acumulada)	(5.991)	(4.475)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.275	2.659			
Outros Ativos Intangíveis	5.229	4.156			
(Amortização acumulada)	(1.954)	(1.497)			
TOTAL DO ATIVO	632.535	459.767	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	632.535	459.767

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	46.693	-	46.693	88.238	20	88.258	65.298	24	65.322
Operações de Crédito	46.358	-	46.358	87.879	20	87.899	65.084	24	65.108
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	335	-	335	359	-	359	214	-	214
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(29.349)	(136)	(29.485)	(61.608)	(256)	(61.864)	(41.034)	(127)	(41.161)
Operações de Captação no Mercado	(19.826)	(23)	(19.849)	(37.335)	(78)	(37.413)	(22.869)	(25)	(22.894)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.072)	(113)	(2.185)	(3.422)	(178)	(3.600)	(2.284)	(102)	(2.386)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.451)	-	(7.451)	(20.851)	-	(20.851)	(15.881)	-	(15.881)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.344	(136)	17.208	26.630	(236)	26.394	24.264	(103)	24.161
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.974)	2.450	(4.524)	(13.381)	4.366	(9.015)	(11.690)	3.829	(7.861)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.613	3.680	7.293	6.566	6.841	13.407	5.096	5.385	10.481
Rendas de Tarifas Bancárias	5.547	-	5.547	10.345	3	10.348	6.005	7	6.012
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.703)	(943)	(13.646)	(23.836)	(1.623)	(25.459)	(17.495)	(1.092)	(18.587)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(12.331)	(1.301)	(13.632)	(22.813)	(2.283)	(25.096)	(15.450)	(1.747)	(17.197)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(65)	(185)	(250)	(115)	(343)	(458)	(42)	(270)	(312)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	20.569	1.825	22.394	40.755	3.162	43.917	21.727	2.165	23.892
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(11.604)	(626)	(12.230)	(24.283)	(1.391)	(25.674)	(11.531)	(619)	(12.150)
RESULTADO OPERACIONAL	10.370	2.314	12.684	13.249	4.130	17.379	12.574	3.726	16.300
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(141)	(40)	(181)	(222)	(20)	(242)	9.840	1	9.841
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.229	2.274	12.503	13.027	4.110	17.137	22.414	3.727	26.141
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	490	490	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	285	285	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	205	205	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.229	2.764	12.993	13.027	4.110	17.137	22.414	3.727	26.141
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.110	(4.110)	-	3.727	(3.727)	-
SOBRAS DE INCORPORAÇÃO	-	-	-	-	-	-	(10.249)	-	(10.249)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.229	2.764	12.993	17.137	-	17.137	15.892	-	15.892
DESTINAÇÕES	-	-	-	(14.334)	-	(14.334)	(12.502)	-	(12.502)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.408)	-	(5.408)	(4.111)	-	(4.111)
Fates - Estatutário	-	-	-	(934)	-	(934)	(1.130)	-	(1.130)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(5.606)	-	(5.606)	(6.781)	-	(6.781)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.386)	-	(2.386)	(480)	-	(480)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.803	-	2.803	3.390	-	3.390

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia -
Sicredi União MS/TO

CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	38.477	24.785	3.561	66.823
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.775	-	(3.545)	(1.770)
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Saldo de Incorporação	10.195	1.556	(10.249)	1.502
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	8.302	-	-	8.302
Baixas de capital	(2.914)	-	-	(2.914)
Resultado do período	-	-	26.141	26.141
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.130)	(1.130)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.781	(6.781)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.061	-	(4.111)	(50)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	480	(480)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	59.896	33.602	3.390	96.888
Mutações do Período	21.419	8.817	(171)	30.065
Saldos no início do período em 01/01/2016	59.896	33.602	3.390	96.888
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.679	-	(3.342)	(1.663)
Outras destinações	-	-	(48)	(48)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	10.625	-	-	10.625
Baixas de capital	(5.774)	-	-	(5.774)
Resultado do período	-	-	17.137	17.137
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(934)	(934)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.606	(5.606)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.274	-	(5.408)	(134)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.386	(2.386)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	71.700	41.594	2.803	116.097
Mutações do Período	11.804	7.992	(587)	19.209
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	63.763	33.602	4.144	101.509
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.988	-	-	5.988
Baixas de capital	(3.325)	-	-	(3.325)
Resultado do período	-	-	12.993	12.993
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(934)	(934)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.606	(5.606)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.274	-	(5.408)	(134)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.386	(2.386)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	71.700	41.594	2.803	116.097
Mutações do Período	7.937	7.992	(1.341)	14.588

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO

CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.657	20.124	29.354
Resultado do semestre/exercício	12.993	17.137	15.892
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.336)	2.987	13.462
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(2.315)	1.353	13.128
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	17	62	213
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(19)	65	155
Depreciação do imobilizado de uso	831	1.583	935
Amortização do intangível	251	456	374
Baixas do ativo permanente	78	123	49
Provisão para passivos contingentes	23	91	28
Destinações ao FATES	(934)	(934)	(1.130)
Dividendos SicrediPar	(268)	188	(290)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	21.245	98.905	52.090
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(36)	(560)	5.861
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	11.582	155	(180)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(17)	(46)	683
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	192	374	(361)
(Aumento) em operações de crédito	(33.895)	(47.789)	(64.748)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	8.781	23.507	22.761
(Aumento) em outros créditos	(1.783)	(4.537)	(6.597)
(Aumento) em outros valores e bens	(197)	(2.160)	(1.720)
Aumento em depósitos	32.973	122.315	108.946
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(41)	93	226
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(14.477)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(453)	(995)	(1.359)
Aumento em outras obrigações	4.139	8.548	3.055
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	31.902	119.029	81.444
Aquisição de Investimentos	-	-	(181)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.213)	(4.733)	(4.641)
Aplicações no Intangível	(215)	(1.073)	(1.336)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.428)	(5.806)	(6.158)
Integralização de capital	5.988	10.625	8.489
Baixa de capital	(3.325)	(5.774)	(3.187)
Juros ao capital próprio	(134)	(134)	(50)
Distribuição de Sobras	-	(1.711)	(1.786)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.529	3.006	3.466
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	31.003	116.229	78.752
Caixa e equivalente de caixa no início do período	275.998	190.772	112.020
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	307.001	307.001	190.772

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/08/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 01/06/2015, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos Estados do Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União Cerrado.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	375.856	(66)	375.790
OUTROS CRÉDITOS	17.800	(66)	17.734
Diversos	17.137	(66)	17.071
Ativo Não circulante	83.911	66	83.977
OUTROS CRÉDITOS	-	66	66
Diversos	-	66	66
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.861)	-	(7.861)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.680	(199)	10.481
Rendas de Tarifas Bancárias	5.813	199	6.012

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	46.229	5.861	52.090
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	75.583	5.861	81.444
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(297)	(5.861)	(6.158)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	8.635	10.161
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	298.366	180.611
Total	307.001	190.772

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	560	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	560	-
Total realizável a longo prazo	560	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	172.810	75.838	248.648	210.010
Financiamentos	3.999	3.210	7.209	11.127
Financiamentos rurais e agroindustriais	41.313	1.443	42.756	29.687
Carteira total	218.122	80.491	298.613	250.824

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	11	-	11	35
Títulos e créditos a receber (i)	14.562	1	14.563	11.296
Total	14.573	1	14.574	11.331

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	61	-	-	-
Nível A	0,50	136.314	110.640	682	553
Nível B	1,00	86.368	58.833	864	588
Nível C	3,00	35.552	36.677	1.067	1.100
Nível D	10,00	20.386	23.626	2.038	2.363
Nível E	30,00	9.659	9.040	2.897	2.712
Nível F	50,00	4.506	4.848	2.252	2.424
Nível G	70,00	3.905	2.293	2.734	1.605
Nível H	100,00	16.436	16.198	16.436	16.198
Total (i)		313.187	262.155	28.970	27.543

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (2015 - R\$ 9).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.876	33.779	72.177	50.568	163.400	134.538
Rural	199	3.491	37.623	1.443	42.756	29.687
Industrial	13	286	150	181	630	1.328
Comércio	2.749	16.337	13.653	10.564	43.303	37.505
Outros Serviços	1.948	15.552	27.862	17.736	63.098	59.097
Total	11.785	69.445	151.465	80.492	313.187	262.155

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	35.510	11,34	23.544	8,98
50 devedores seguintes	62.312	19,90	45.740	17,45
100 devedores seguintes	45.203	14,43	36.559	13,95
Demais	170.162	54,33	156.312	59,63
Total	313.187	100	262.155	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	27.552	10.005
Constituição de provisão	20.851	15.881
Saldo de Incorporação	-	13.104
Movimentação de baixados para prejuízo	(19.433)	(11.438)
Saldo final	28.970	27.552

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.997 (2015 - R\$ 2.133), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 15.013 (2015 - R\$ 16.127).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	221	148
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.634	1.573
Devedores por depósitos em garantia	67	32
Impostos e contribuições a compensar	556	340
Títulos e créditos a receber	14.562	11.296
Valores honrados	-	937
Cotas de consórcio	-	23
Operações com cartões	81	269
Pendências a regularizar	112	1.341
Outros	2.385	1.112
Total Circulante	21.618	17.071
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	66
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	1	66

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	4.857	2.716
Imóveis	4.117	2.509
Veículos e afins	533	137
Bens em regime especial	207	70
Material em estoque	5	5
Despesas antecipadas	50	33
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(275)	(213)
Total Circulante	4.637	2.541

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 275 (2015 - R\$ 213) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	6.096	6.096
Sicredi Participações S.A.	5.925	5.925
Outras Participações e Investimentos	5	5
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outras Ações e Cotas	1	1
Total	12.026	12.026

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.921.479 ON	1.921.479 ON	4	4	6.097.005	6.097.005
	4.003.515 PN	4.003.515 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,68%	0,74%	2,53%	2,90%	18,36%	18,63%
Capital social	869.279	804.351	165	138	33.215	32.723
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	35.663	34.580
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	308	640
Valor do investimento	5.925	5.925	4	4	6.096	6.096

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18.873	(5.991)	12.882	9.854
Imobilizações em curso	-	3.843	-	3.843	4.134
Terrenos	-	6	-	6	6
Edificações	4%	764	(253)	511	521
Instalações	10%	8.170	(2.606)	5.564	2.409
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.647	(1.088)	1.559	1.589
Sistema de comunicação	10%	132	(46)	86	55
Sistema de processamento de dados	20%	2.866	(1.830)	1.036	843
Sistema de segurança	10%	197	(95)	102	90
Sistema de transporte	20%	248	(73)	175	207
Intangível (i)	5% a 15%	5.229	(1.954)	3.275	2.659
Investimentos Confederação		5.229	(1.954)	3.275	2.659
Total		24.102	(7.945)	16.157	12.513

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	88.713	-	-	88.713	60.168
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	54
Depósitos a prazo	2.836	2.255	329.509	334.600	240.775
Total	91.549	2.255	329.509	423.313	300.997

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	41.296	25.655
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	41.296	25.655
Outros Recursos	21.319	10.726
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	21.319	10.726
Total circulante	62.615	36.381
Recursos do Crédito Rural	1.473	3.674
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.473	3.674
Total exigível a longo prazo	1.473	3.674

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 07/10/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	570	1.147
Obrigações por convênios oficiais	-	3
Provisão para pagamentos a efetuar	5.561	4.021
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	157	66
Provisão para coobrigações (i)	595	751
Pendências a regularizar	308	383
Operações com cartões	14.097	10.299
Demais fornecedores	1.954	425
Credores diversos	1.684	1.092
Total circulante	24.926	18.187

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	24	155	(67)	112
Cível	42	54	(51)	45
Total	66	209	(118)	157

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	112	24
Cível	Provável	45	42
Total		157	66

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 11 e R\$ 390 (2015 - R\$ 0 e R\$ 160), respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	71.700	59.896
Total de associados	39.442	33.495

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 11.804 (2015 – R\$ 21.419), sendo R\$ 6.953 (2015 – R\$ 5.836) via integralização de resultados, R\$ 10.625 (2015 – R\$ 8.302), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.774 (2015 – R\$ 2.914).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.408, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	17.137	26.141
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.198)	(10.979)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	(8)	131
Provisão de PPR	31	17
Receita com atos cooperativos	5.471	8.966
Juros sobre o capital próprio	2.271	1.644
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	526
Outros	(567)	(305)
Subtotal	7.198	10.979
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	560	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	298.366	180.611
Outros Créditos - Rendas a receber	360	393
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.893	1.381
Investimentos (Nota 09)	12.026	12.026
Intangível (Nota 10)	3.275	2.659
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	-	54
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	64.088	40.054
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	13.453	10.134
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	359	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	549	69
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	37.057	18.830
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	4	1
Operações de Empréstimos e Repasses	3.661	1.916
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	1.645	1.089
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	9.594	6.551

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	145	0,16%	61
Depósitos a prazo	508	0,15%	609
Operações de crédito	550	0,18%	633

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.153	1.711

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 25.096 (2015 - R\$ 17.197), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	999	641
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	34.321	18.300
Reversão de provisões operacionais	2.033	1.373
Outras rendas operacionais	6.564	3.578
Total	43.917	23.892

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	4.708	1.193
Contribuição O.C.E.	153	124
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	622	702
Contribuição Confederação Sicredi	5.542	3.747
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	2.317	1.654
Encargos da administração financeira	188	105
Repasse Administradora de Cartões	766	342
Outras provisões operacionais	1.133	570
Outras despesas operacionais	10.245	3.713
Total	25.674	12.150

NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	20.890	15.493
Total	20.890	15.493

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	114.510	96.162
Capital principal - CP	114.510	96.162
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	41.594	33.602
Lucros acumulados	2.803	3.390
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.586	726
Total do capital qualificado	114.510	96.162
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	46.005	37.161
Índice sobre o PR considerando a RBAN	26,90%	29,84%
Situação para o limite de imobilização	14.576	11.791
Índice de imobilização (limite 50%)	12,73%	12,26%

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor Executivo
CPF: 791.058.079-72

Lucelia Ganzer
Diretora de Operações
CPF: 858.267.071-00

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72